

1 PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO  
2 GRANDE.

3 Ata da 2ª Reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio  
4 grande – GD7, realizada em 12 de abril de 2019.

5 Em 12 de abril de 2019, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes  
6 Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, na Câmara Municipal de São José da Barra, Travessa Ary  
7 Brasileiro de Castro, 272, Centro – São José da Barra - MG. Compareceram os seguintes  
8 Conselheiros Titulares e Suplentes - **representantes do Poder Público Estadual:** Everaldo  
9 Borges da Costa (T) – Rep EMATER, Tenente Eurípedes Teófilo de Souza (S) – Rep. PMMG,  
10 Bethânia Pimenta Cardoso (T) – Rep. IEF, Suelen Daiana Oliveira Canela (T) – Rep. SES, Juraci  
11 Júnior de Oliveira (T) – Rep. EPAMIG, Leonel Satiro de Lima (T) – Rep. SEAPA - **Representantes**  
12 **do Poder Público Municipal:** Cleiton Vitoriano de Oliveira (T) – Rep. PM de Ibiraci, Osmany de  
13 Paula Campos Sobrinho (T) – Rep. PM de Jacuí, Luiz Campos Netto (T) – Rep. PM de Itaú de  
14 Minas, Marcos Geovany Amorim (S) – Rep. PM de Itaú de Minas, Elimar Vieira Vaz (T) – Rep.  
15 AMEG, Gabriel Neri Cruz Novais (T) – Rep. PM S.S. Paraíso, Lucas Horta Maia (T) – Rep PM de  
16 Fortaleza de Minas - **Representantes de Usuários de Recursos Hídricos:** Laene Fonseca Vilas  
17 Boas (T) – Rep. FIEMG, Cláudio Gomes de Barros (T) – Rep. SINDPASSOS, Pedro Abelardo  
18 Martins dos Santos (S) – Rep. SAAE Passos, Alexandre Gonçalves Fonseca (T) – Rep. Furnas  
19 Centrais Elétricas, Luiz Sérgio Marques (T) Rep. COOPARAÍSO – **Representantes de Entidades**  
20 **da Sociedade Civil:** Amanda Francieli de Almeida (T) – Rep. FECOM, André Luiz Rodrigues (T) –  
21 Rep. SINDEFURNAS, Célio Bertelli (T) – Rep. PROBRIG, Leonardo de Sousa (T) – Rep. ABES-MG.  
22 **Visitantes:** Laís Costa Campos – PM de Jacuí, Fernando Baliani – SUPRAM Sul de Minas, Daniel  
23 Scold – SUPRAM Sul de Minas, Pedro Henrique F. Silva – Serra da Fortaleza Mineração, Luis  
24 Cláudio de Serpa – Serra da Fortaleza Mineração, Ademilson Alves da Silva – AMEG, Marcelo H.  
25 S. de Oliveira – SAAE/Passos, Maurício Mayor – CODEMA de Ibiraci, Leonardo B. Carrijo –  
26 PROPRI, André Luiz Lemos da Silva – Vice-Prefeito de São José da Barra, Rubens Luiz Negrão –  
27 Aposentado de Furnas, Paulo Sérgio Leandro – Prefeito de São José da Barra, Jean Carlos de  
28 Camargo – PM de São José da Barra, Fabiana J. de Carvalho – Câmara Municipal de São José da  
29 Barra, Mauri Nicolini Mariano – COPASA – MG, Baltazar A. da Silva – Vereador de São José da  
30 Barra, Adélcio Macedo – Vereador de São José da Barra, Lázaro Antonio da Silva – Vereador de  
31 São José da Barra, Deusmar Raimundo de Moraes - Vereador de São José da Barra, Régis  
32 Cardoso Freire – Vereador de São José da Barra. **Assuntos em Pauta: Item 01 - Abertura pelo**  
33 **Presidente do CBH GD7 e verificação de quórum** – André (Presidente CBH D7) convidou o  
34 Presidente da Câmara Municipal de São José da Barra o Sr. Deusmar para pronunciar seus  
35 apontamentos a respeito da reunião. Deusmar cumprimentou a todos e agradeceu a presença.  
36 André (Presidente CBH D7) ressaltou a intenção de apresentar o Comitê, como ele funciona,  
37 qual sua área de abrangência, os assuntos que são tratados e desenvolver um trabalho em  
38 conjunto, servir aos 22 municípios de nossa abrangência. Informou que o Comitê faz parte da  
39 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), é um órgão  
40 colegiado e deliberativo nos assuntos que diz respeito à água, fonte de vida e progresso e  
41 desenvolvimento econômico, fonte de civilização. André (Presidente CBH D7) convidou o  
42 Prefeito de São José da Barra, Sr. Paulo Sergio, para fazer a abertura da reunião. Paulo Sergio

43 (Prefeito) cumprimentou a todos, agradeceu André (Presidente CBH D7) pela parceria na luta  
44 em ação contra a privatização de Furnas, ressaltou que é um prazer receber a todos, pediu  
45 desculpas por não permanecer na reunião devido a compromissos do dia, cumprimentou os  
46 vereadores e demais presentes e desejou um bom proveito da reunião. André (Presidente CBH  
47 D7) agradeceu o prefeito de São José da Barra e a presença de todos, apresentou membros da  
48 mesa diretora: vice-presidente do CBH GD7 Amanda, Secretária Laene (FIEMG) e Secretária  
49 adjunta Suelen (SES). Solicitou que todos se apresentassem para interação. André (Presidente  
50 CBH D7) reforçou a importância do encontro e de parcerias para uma causa nobre e justa para  
51 uma boa gestão dos recursos hídricos, passou a palavra para a secretária Laene. Laene (FIEMG)  
52 verificou quórum constatando 21 instituições presentes e 20 visitantes, totalizando 41  
53 presentes, em seguida deu andamento na reunião. **Item 02 – Leitura do expediente e das**  
54 **comunicações da ordem do dia** – Laene (FIEMG) fez a leitura do expediente do dia. Suelen  
55 (SES) citou o ofício que foi recebido na última reunião, onde a instituição PROBRIG solicitou  
56 esclarecimento do Comitê a respeito da possibilidade de Furnas apresentar para o CODEMA da  
57 região os laudos técnicos de vistoria da segurança de barragens das Usinas do setor, solicitou à  
58 empresa os Planos de Contingências existentes nas duas unidades Furnas, Marechal  
59 Mascarenhas de Moraes (Peixoto) e Luiz Carlos Barreto (Estreito), e quais projetos de fomento,  
60 projetos ambientais Furnas realiza no setor de abrangência do GD7. Inicialmente, na reunião  
61 anterior o conselheiro Alexandre (Furnas) já tinha apresentado que esses Planos de  
62 Atendimento a Emergências - PAE, já foram apresentados a todas as Prefeituras da região, que  
63 foram encaminhados ofícios onde foram solicitadas aos órgãos de defesa civil as providências  
64 necessárias e que já era realizado um projeto já mencionado na reunião anterior, o Projeto  
65 Nascentes de Furnas, que é uma parceria entre Furnas Centrais Elétricas S.A. com a Associação  
66 dos Municípios do Lago de Furnas – ALAGO, que inclui alguns dos nossos municípios, são eles  
67 Alpinópolis, São João Batista do Glória e São José da Barra. Mas não temos ainda os demais  
68 levantamentos de quais outros projetos ambientais existem na região promovidos por Furnas.  
69 Foi emitido um ofício solicitando a Furnas que apresente todos esses documentos e laudos  
70 técnicos, para que o Comitê apresente à comunidade interessada. André (Presidente CBH GD7)  
71 passou a palavra para o Conselheiro Alexandre, representante de Furnas Centrais Elétricas S.A.  
72 Alexandre (Furnas) cumprimentou a todos, e disse que em relação à segurança de barragens  
73 foram disparados desde janeiro/2019 comunicados e ofícios para as prefeituras contendo o CD  
74 sobre o Plano de Atendimento a Emergências - PAE, que será usado pelas defesas civis  
75 municipais para construção Plano de Atendimento a Emergências do Município, em que  
76 constará as especificidades de cada município, sua estrutura e sua geografia. Os municípios  
77 deverão elaborar um Plano de Atendimento a Emergências Municipal – PAEM e apresentar a  
78 Furnas, por meio de suas defesas civis. Furnas convocou duas reuniões, em que os 12  
79 municípios potencialmente afetados foram convidados, tanto pela barragem principal da Usina  
80 de Furnas, localizada em São José da Barra, quanto pelo dique de Capitólio/Piumhi, que  
81 engloba 4 municípios, sendo que desses, apenas 3 compareceram na primeira reunião. Furnas  
82 disponibilizou seu pessoal responsável por segurança de barragens, um engenheiro  
83 responsável e o engenheiro que fez o Estudo de Ruptura Hipotética (DAM BREAK) da barragem.  
84 Na ocasião demonstraram quais seriam os municípios afetados numa eventual ruptura de  
85 estrutura pela mancha d'água, a determinação das zonas de alto salvamento, pontos de

86 encontro, instalações de sirenes e rotas de fuga. Foram convocadas as 12 prefeituras para a  
87 segunda reunião, em que somente 4 compareceram, com presença da Agência Nacional de  
88 Energia Elétrica - ANEEL. Houve uma inspeção na Barragem da Usina de Furnas e no Dique de  
89 Capitólio/Piumhi, a mesma que é feita pela ANEEL periodicamente em todas as barragens do  
90 país, cujo cronograma das principais seria para até o mês de maio, e todas até o final do ano  
91 de 2019. A Usinas de Furnas, Marechal Mascarenhas de Moraes (Peixoto) e Luiz Carlos Barreto  
92 (Estreito) foram contempladas e, a expectativa, era que as defesas civis de todos os municípios  
93 potencialmente atingidos estivessem presentes com a ANEEL, com o fim de gerar um projeto  
94 de cada município. Mas Furnas vai encaminhar novamente aos 12 municípios novo convite  
95 para uma terceira reunião. A expectativa é que todos os municípios possam participar. Houve  
96 palestras ministradas pelo engenheiro responsável pela barragem que esclareceram  
97 representantes do município de Capitólio, presente na primeira reunião e preocupados com o  
98 assunto. Alexandre (Furnas) mencionou que os representantes de Capitólio saíram da reunião  
99 mais tranquilos em relação ao dique de Capitólio/Piumhi, pois lhes foram apresentados dados,  
100 relatórios, informações técnicas da barragem, bem como visitas aos locais. Alexandre (Furnas)  
101 lembrou que apesar desses eventos promovidos por Furnas terem coincidido com a ruptura da  
102 barragem de Brumadinho, foram resultantes de ações planejadas decorrente do ocorrido em  
103 Mariana, por força de resolução da ANEEL, que determinou que todas as usinas apresentassem  
104 um Plano de Atendimento de Emergência, com prazos para apresentação, prazos vencidos em  
105 2017 e dezembro de 2018. Alexandre (Furnas) mencionou que Furnas apresentou o PAE e o  
106 estudo de ruptura e o entregou para a ANEEL em dezembro de 2018, para as prefeituras em  
107 janeiro de 2019, o que, infelizmente, coincidiu com a ruptura da barragem de Brumadinho, o  
108 que acabou dando o entendimento que a prestação de contas se deu por causa do último  
109 ocorrido em Brumadinho, e não a consequência de um planejamento anterior. Alexandre  
110 (Furnas) lembrou que a barragem de mineração é diferente de barragem de usina hidrelétrica,  
111 que o processo da mineradora gera um resíduo oriundo do seu próprio processo, que deve ser  
112 disposto em locais preparados para receber um passivo, e que, no caso das usinas hidrelétricas,  
113 a água reservada é matéria prima do processo de geração de energia, portanto um ativo  
114 precioso e fundamental. Alexandre (Furnas) colocou-se a disposição para quem quiser mais  
115 informações sobre o assunto. **Item 03 – Leitura e aprovação da Ata de Reunião do dia**  
116 **15/02/2019** – Não houve complementações sobre a ata, assim sendo a aprovação da ata foi  
117 unanime. **Item 04 – Deliberação de Alteração no Regimento Interno, conforme DN CERH –**  
118 **MG nº 52/2016, e conforme a DN CERH – MG nº 60/2018** – Laene (FIEMG) explicou as  
119 alterações, conforme a DN nº 52/2016 e DN nº 60/2018. André (Presidente CBH GD7) solicitou  
120 complementações da plenária. Laene (FIEMG) explicou o prazo para alteração, que seria de  
121 180 dias, e que na presente data estaríamos completando 60 dias. Pedro Abelardo (SAAE)  
122 considerou a respeito das justificativas, argumentando quanto à possibilidade de sua validade  
123 na impossibilidade de comparecimento. O Conselheiro Luiz Sérgio (COOPARAÍSO) se  
124 manifestou sobre a complexidade da formação do conselheiro e que não se forma um de uma  
125 hora pra outra, e que penalidades não levam a mais participação. Sua opinião sobre a  
126 representatividade é que todos têm seus compromissos pessoais e profissionais, bem como  
127 eventuais problemas para comparecer aos eventos do comitê e que o suplente serve  
128 justamente para se fazer presente nesses casos. Não seria através de penalidades que irão se

129 formar conselheiros participativos, com conhecimento para tomar decisões. Laene (FIEMG)  
130 explicou que o IGAM trouxe esse novo normativo, pois visa combater o esvaziamento da  
131 plenária, e que seria necessário começar trazer outras pessoas que tem interesse nos assuntos  
132 dos comitês. Não serão punidas 100 % das faltas, mas sim aquelas que superarem 3 faltas  
133 seguidas ou 6 alternadas durante o mandato, e que, caso o titular não possa ir à reunião pode  
134 ser representado pelo seu suplente, e assim não seja contabilizada a falta. Se o comitê tem 6  
135 reuniões no ano, e se o conselheiro não participa de 4 delas, sua presença não estaria sendo  
136 efetiva no comitê. Caso o titular falte e o suplente esteja presente a instituição estará  
137 representada. O calendário anual está elaborado para que todos possam se programar com  
138 antecedência e tentar acompanhar as reuniões. Entendemos que há dificuldades para  
139 mobilização, mas o calendário foi feito antecipadamente, justamente para cada um se  
140 programar. André (Presidente CBH GD7) reforçou a compreensão em relação à necessidade de  
141 atuarmos em todas as reuniões sobre todos os andamentos, parabenizou o SAAE pelo  
142 comparecimento sempre frequente nas nossas reuniões, e considerou o SAAE como  
143 protagonista no Comitê. Juraci (EPAMIG) ressaltou que as entidades precisam ter consciência  
144 dessa participação, que permite a flexibilidade de você ter o suplente representando a  
145 entidade. São poucas reuniões no ano e podemos ter problemas de quórum para as decisões  
146 se houver muitas faltas. Retornou a comentar a respeito das representatividades das  
147 prefeituras no conselho, pois percebe que elas não estão realmente mandando seus  
148 representantes, não estão tendo interesse na participação e como se trata de poder público  
149 municipal existe uma necessidade muito grande de representantes presentes, interagindo com  
150 tudo que ocorre na utilização e proteção dos recursos hídricos. Pedro (SAAE) ressaltou que as  
151 instituições tem que ter a responsabilidade de participação para saber o que acontece no meio  
152 ambiente do município. Luiz Sérgio (COOPARAÍSO) opinou que a Secretaria Estadual do Meio  
153 Ambiente deveria fazer a parte de buscar mais participação, pois o comitê sozinho não  
154 consegue, e o Estado teria mais poder em conseguir essa atenção. O Comitê penalizar  
155 conselheiros não vai resolver nada, o que poderá até esvaziar o conselho. André (Presidente  
156 CBH GD7) recebeu a sugestão de encaminhar ofícios a Secretaria do Meio Ambiente e a todas  
157 as prefeituras em cópias para convocar a apresentar seus representantes no nosso comitê.  
158 Célio Bertelli (PROBRIG) mencionou que o GD7 faz parte de um Plano de Ação Nacional das  
159 Espécies Ameaçadas de Peixes - PAN, programa do governo federal através do Ministério do  
160 Meio Ambiente, vinculado ao Instituto Chico Mendes - ICM-Bio, e a sede dessa pesquisa desse  
161 movimento de proteção das espécies fica em Pirassununga, no Centro de Pesquisa de Peixes  
162 Tropicais da América e do Caribe, abrangendo a represa da Usina de Furnas e vários municípios  
163 do GD7, com histórico de atividades feitas em Brasília e no Estado de São Paulo, sendo que  
164 última plenária a reivindicação de que se fizesse uma reunião no Estado de Minas Gerais. Em  
165 agosto de 2019 haverá evento sediado em Furnas para encontro técnico do Plano de Ação  
166 Nacional das Espécies Ameaçadas de Peixes, com sítio na internet com descrição, conceitos e  
167 definições do programa que, sendo o CBH GD7 parte desse grupo. Aqueles que são da área  
168 técnica de pesquisa poderão estar vinculadas ao apoio e estudo do PAN. Será enviado o  
169 convite oficialmente. André (Presidente CBH GD7) agradeceu o convite. Foi aberta a votação,  
170 havendo 02 votos contra. Sendo pela maioria presente aprovada a deliberação, porém não  
171 houve quórum suficiente para deliberação (o Regimento Interno prevê quórum mínimo de 2/3

172 ou 22 dos conselheiros presentes para votação, havendo apenas 21 conselheiros presentes).

173 **Item 05 – Apresentação do Controle de Faltas dos conselheiros** – Foi apresentado o controle

174 de faltas para todos os conselheiros. **Item 06 – Comunicado aos conselheiros das respostas**

175 **dos Ofícios encaminhados aos órgãos competentes sobre atividades minerárias e de geração**

176 **de energia elétrica** – Foram encaminhados os Ofícios aos seguintes órgãos: Secretaria do

177 Estado de Meio Ambiente e desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Fundação Estadual do

178 Meio Ambiente (FEAM), Agência Nacional de Mineração (ANM), Agência Nacional de Energia

179 Elétrica – ANEEL, Agência Nacional das Águas (ANA), Ministério Público Estadual (MPE) e

180 Ministério Público Federal (MPF). A ANA retornou explicando como vem tratando essa questão

181 das barragens, detalhando que as barragens constam num sistema que possui uma planilha,

182 onde pode ser feito um filtro de seleção para os empreendimentos com barragens existentes

183 em nossa região. Será encaminhado aos e-mails dos conselheiros para que vejam de forma

184 mais completa. André (Presidente CBH GD7) passou a palavra para o representante do

185 empreendimento da Serra da Fortaleza Mineração para que explanasse sobre os andamentos

186 das atividades em Fortaleza de Minas, Pedro Henrique (EXTRATIVA) cumprimentou a todos, e

187 iniciou esclarecendo a questão de ainda constar nos dados da planilha da ANA nome anterior

188 da empresa responsável pelo empreendimento, pois a cessão de direitos minerários ainda não

189 tinha sido feita à EXTRATIVA MINERAÇÃO, fato ocorrido dias antes da presente data, sem que

190 houvesse tempo para atualização cadastral. Hoje temos a responsabilidade sobre a barragem.

191 E sobre a situação da barragem, no dia 27/03/2019, a Empresa Geoconsultoria, prestadora de

192 serviço para a antiga cessionária, a Nexa Resources, emitiu um relatório de estabilidade da

193 barragem, informando que a barragem não recebe rejeitos desde 2013, é uma barragem seca,

194 que a única água que a barragem recebe é a água da chuva, que possui sistema de drenagem

195 da água da chuva, que forma um espelho d'água, que desce pela tulipa da barragem e é

196 drenada, possuindo 140 instrumentos. Quando não chove eles estão praticamente todos secos.

197 É uma barragem estável, com declaração de estabilidade pela Empresa Geoconsultoria. Pedro

198 Henrique (EXTRATIVA) mencionou providências que estão sendo tomadas, que houve a visita

199 de fiscalização da Agência Nacional de Mineração - ANM, e também de uma empresa que irá

200 apresentar proposta de projetos para adequações que deverão ser feitas, como por exemplo,

201 instalações de sirenes, atualização de Plano de Atendimento a Emergências – PAE, e se colocou

202 à disposição de todos para sanar eventuais dúvidas. André (Presidente CBH GD7) agradeceu a

203 presença, convidou a empresa a se credenciar ao comitê junto ao Instituto Mineiro de Gestão

204 das Águas - IGAM, pois é uma empresa que causa um impacto grande na nossa geografia.

205 André (Presidente CBH GD7) mencionou que a barragem para aproveitamento hidrelétrico é

206 feita com solo, cimento e concreto armado, cuja compactação proporciona muito mais

207 resistência e durabilidade se comparadas com uma barragem de rejeito. Os estudos geológicos

208 são feitos previamente e já compreendem uma série de impactos físicos que o barramento

209 pode vir a sofrer ao longo do tempo, como o peso da água, as eventuais cheias, enfim, existe

210 um cuidado de engenharia muito mais profundo no caso de uma barragem para

211 aproveitamento hidrelétrico devido à confiabilidade que ela precisa ter para o próprio

212 empreendimento gerar energia elétrica com segurança. Uma barragem que está fraturada,

213 estruturalmente comprometida, deixaria simplesmente de gerar receita, deixa de produzir. A

214 literatura especializada diz que a barragem de um empreendimento hidrelétrico é um ativo da

215 empresa. Os riscos são permanentes em todos os casos de intervenção humana na natureza,  
216 sendo medida necessária e permanente o controle efetivo de todos eles. No caso do  
217 empreendimento da Vale em Brumadinho, percebe-se de forma muito clara, que o cuidado  
218 não foi o suficiente para controlar o risco. Laene (FIEMG) deu andamento à apresentação das  
219 respostas aos ofícios encaminhados pelo comitê. A Agência Nacional de Mineração - ANM  
220 informou que fez uma vistoria no dia 20/02/2019 e constatou que existe o risco, mas que este  
221 está sendo controlado, e que a barragem do empreendimento Serra da Fortaleza Mineração  
222 está estável. André (Presidente CBH GD7) mencionou o contato feito com o Ministério Público  
223 Federal - MPF e Ministério Público Estadual de Minas Gerais – MPEMG e relatou que se  
224 colocaram como parceiros do comitê para trabalhar em conjunto nos encaminhamentos que  
225 vierem desse comitê. André (Presidente CBH GD7) informou que o coordenador da regional de  
226 Meio Ambiente do Ministério Público Estadual – MPEMG, Dr. Rodrigo Grava, deseja ajudar no  
227 que for possível o poder público e as empresas a se colocarem em ordem e em cumprimento  
228 da legislação. Comprometeu-se em se reunir com representantes do poder público, do comitê  
229 e demais interessados, com presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do  
230 Médio Rio Grande - AMEG. André (Presidente CBH GD7) ressaltou que o contato com a AMEG  
231 através da pessoa do conselheiro Elimar ajudou a viabilizar a atual sede do comitê, portanto,  
232 uma estratégica parceria. O comitê já promoveu duas reuniões sobre os resíduos sólidos, item  
233 que compromete muito a qualidade da água. Estamos nos empenhando também para  
234 implementar uma política nacional de resíduos sólidos efetiva, que vai colaborar diretamente  
235 com a política nacional de recursos hídricos. Luiz Sérgio (COOPARAÍSO) comentou que o  
236 comitê representa a região inteira e o impacto com eventual acidente envolve a todos, e que  
237 quanto mais conhecermos o assunto melhor, que essas respostas recebidas desses órgãos,  
238 infelizmente, são vagas e não alcançam a maioria da população da região, que, ao ser  
239 perguntado, o órgão trás como resposta que a barragem está “estável”. Ou seja, o que seria  
240 “estar estável”? Exigiu que o assunto não pode ser tratado dessa maneira, e que somos atores  
241 importantíssimos na região, fórum esse para demandar providências sérias e explicações  
242 técnicas. Mencionou ainda que empresa Vale, uma das maiores mineradoras do mundo,  
243 estava funcionando em Brumadinho e sua barragem se rompeu, dando justificativas que não  
244 podemos aceitar jamais. A população sofre. André (Presidente CBH GD7) comentou que a  
245 presença das pessoas interessadas nesse tipo de empreendimento sejam esclarecidas e é essa  
246 a função dessa reunião: esclarecimento, informação, discussão. Pedro (EXTRATIVA) explanou  
247 que a empresa faz inspeções diárias na barragem, as inspeções que são obrigatórias (as diárias,  
248 as semanais, as mensais) e a empresa hoje esta a disposição para quem tiver qualquer dúvida,  
249 não só os presentes, para examinar documentos, conhecer a barragem, inclusive  
250 acompanhada por técnico de sua confiança. André (Presidente CBH GD7) agradeceu e lembrou  
251 que as pessoas ficam preocupadas, e que é natural que elas queiram saber, a repercussão de  
252 qual falha, de qualquer problema que as afeta diretamente tendo em vista tantas catástrofes,  
253 tragédias que já aconteceram no mundo, e aqui no Brasil recentemente. Juraci (EPAMIG), em  
254 complemento ao posicionamento do conselheiro Luiz Sérgio (COOPARAÍSO), fez colocação  
255 sobre a diferença absurda de critérios de segurança entre a construção de uma barragem de  
256 rejeito de mineração, um passivo para a empresa, e a de uma usina hidrelétrica, percebendo  
257 se claramente que há necessidade todas serem constituídas de infraestrutura adequada, com

258 os riscos controlados, de maneira que não se tornem em um potencial iminente de uma  
259 catástrofe, pois uma barragem com sua estrutura, por questões naturais ou não, podem se  
260 romper, mas principalmente, no caso de barragem de rejeito de mineração, basta um índice  
261 pluviométrico mais abundante e forma de armazenagem desse material já há um agravamento  
262 do risco de rompimento, sendo inútil visitar sem qualquer conhecimento sobre o assunto. Esse  
263 tipo de barragem deveria ter um plano de desativação e destinação. André (Presidente CBH  
264 GD7) esclareceu que por norma da Secretaria Estadual do Meio Ambiente as barragens de  
265 rejeito construídas no mesmo modelo da barragem do empreendimento Serra da Fortaleza  
266 Mineração, em Fortaleza de Minas, a construção a montante, está sendo descontinuada em  
267 todo o Estado de Minas Gerais, e que agora, recentemente, existe foi sancionada iniciativa  
268 legislativa que extingue esse tipo de construção de barragem (Lei 23.291, de 25 de fevereiro de  
269 2019, sobre a proibição da instalação de barragens a montante). Pedro (EXTRATIVA)  
270 concordou e explicou que existem várias leis relacionadas a barragens a montante e deixou  
271 claro que a unidade de Fortaleza de Minas não tem interesse nenhum de reativar a barragem,  
272 pois o interesse nunca foi exploração da mina a céu aberto ou subterrânea, mas implantação  
273 de outros projetos da empresa. Existe um prazo estabelecido para a paralisação de todas as  
274 barragens desse tipo. Laene (FIEMG) explicou o que foi solicitado à ANM no ofício enviado pelo  
275 comitê. **Item 07 – Explicação da SUPRAM sobre o Ofício n. 002/2019, encaminhado a**  
276 **SEMAD, sobre informações da barragem de rejeito de minério de Fortaleza de Minas** – Laene  
277 (FIEMG) solicitou aos representantes da SUPRAM Sul de Minas presentes, Daniel e Fernando,  
278 para que fizessem a explicação a respeito das informações solicitadas pelo comitê no ofício  
279 enviado. Fernando Baliani, Diretor regional de regularização ambiental da Supram Sul de  
280 Minas, explanou sobre a diferença de barragem para geração de energia elétrica e para  
281 atividade de mineração, falando sobre a forma de construção, sendo que a barragem de  
282 rejeito pode ser construída de três formas: a montante, em linha de centro e a jusante. A  
283 jusante é a que tem o maior nível de segurança, sendo e a menor segurança a de construção a  
284 montante. Em muitos casos no método a montante a barragem é construída com o próprio  
285 rejeito seco, enquanto que uma barragem de geração de energia elétrica é feita com concreto  
286 e argila com um projeto de engenharia mais robusto até por ser um ativo da empresa.  
287 Fernando (SUPRAM SUL DE MINAS), citou o Art. 5º da Constituição, em que ninguém é  
288 obrigado a fazer ou deixar de fazer nada se não por força de lei, que órgão ambiental só pode  
289 vedar uma construção de uma barragem a montante por lei e isso será possível agora pela Lei  
290 23.291/2019 no Estado de Minas Gerais, juntamente com uma resolução conjunta  
291 SEMAD/FEAM 2784 de 21 de março de 2019, que dá um prazo para que os empreendimentos  
292 que possuem barragens construídas no método a montante e que estejam inativas  
293 apresentem dentro de 90 dias um cronograma de desativação e recuperação dessas barragens,  
294 além do que já foi comentado por Pedro (EXTRATIVA), há o prazo de 3 anos para quem quiser  
295 continuar operando esse tipo de barragem, com exigência de apresentar nova tecnologia de  
296 processamento o bem mineral e disposição do rejeito, não mais no método de barragem a  
297 montante. São inovações de leis e resoluções, que tivemos recentemente em Minas Gerais,  
298 com vários impactos no meio ambiente, na arrecadação, na inovação tecnológica, e isso  
299 refletirá no nível da pesquisa, pois as empresas buscar alternativas tecnológicas para poder  
300 manter a produção. Fernando (SUPRAM SUL DE MINAS) colocou-se a disposição para

301 esclarecimentos e perguntas, e passou a palavra para Daniel Scold, coordenador do Núcleo de  
302 Controle Ambiental - NUCAM, que explicou rapidamente o que é Núcleo está ligado à  
303 secretaria de fiscalização, em que todo empreendimento licenciado é monitorado, que hoje no  
304 Núcleo há 4 funcionários para fiscalizar mais de 1200 processos que são licenciados no Sul de  
305 Minas, que anualmente faz-se um plano anual de fiscalização aonde os processos são  
306 escolhidos a partir de uma filtragem feita pela secretaria, e que o empreendimento de  
307 mineração de Fortaleza de Minas foi selecionado no PAF de 2017 pela primeira vez após a  
308 revalidação da licença do empreendimento em 2015, que foi realizada essa primeira  
309 fiscalização no empreendimento como um todo. Nessa ocasião a mina subterrânea foi  
310 percorrida totalmente, o que compreende hoje em torno de 5 km, foi feito todo levantamento  
311 das condicionantes do cumprimento do parecer único, na primeira visita o órgão verificou  
312 que o empreendimento precisava de algumas adequações, que haviam alguns lançamentos de  
313 efluentes fora dos padrões, e o empreendimento sofreu autuação em função desses  
314 lançamentos. Além disso, o núcleo hoje tem todos os dados de monitoramento do  
315 empreendimento tabulados em documento interno onde as anotações de lançamentos de  
316 efluentes e de emissões atmosféricas, de ruídos, monitoramento de fauna, todos protocolados  
317 no órgão ambiental, portanto, documentos de domínio público, a disposição dos conselheiros  
318 para conhecimento. O automonitoramento da empresa tem o processo disponível para  
319 pedidos de vistas. A segunda fiscalização que é o objeto de discussão no presente momento,  
320 solicitação que o comitê fez para a SEMAD, que foi realizada 2 meses atrás, porém sem o  
321 adentramento na mina por razões de segurança, considerando a necessidade de uso de  
322 equipamentos de segurança que o empreendimento não dispunha no momento. Pedro  
323 (EXTRATIVA) que nos recebeu nos informou que o empreendimento não tem interesse de  
324 retomar as atividades minerárias, que o atual empreendedor fez a aquisição do  
325 empreendimento para que ele operasse o forno elétrico que existe instalado para produção de  
326 liga metálica, e que, com relação a questão da segurança das duas barragens que existem hoje  
327 no empreendimento. O Núcleo de Controle Ambiental - NUCAM não faz a fiscalização da  
328 segurança de barragens de rejeito de minério, pois existe uma legislação que dá essa  
329 atribuição à ANM. O NUCAM faz avaliação do mérito do cumprimento das condicionantes  
330 estabelecidas na licença ambiental. Obviamente, se houver alguma condicionante ambiental  
331 que tenha impacto na segurança de barragem o NUCAM vai acionar o setor responsável do  
332 órgão ambiental por fazer essa avaliação. Foi verificado que o bombeamento de água  
333 subterrânea da mina foi paralisado por um período pequeno, sendo esse bombeamento  
334 verificado na relação de condicionantes ambientais, no entanto, tal paralisação não causou  
335 dano ao meio ambiente, pois o mesmo é justamente para viabilizar a entrada na mina. Como  
336 hoje não existe o interesse na retomada das atividades minerárias no local o bombeamento  
337 não seria mais necessário. O enchimento da cava da mina, com transbordamento, segundo  
338 estimado, levaria aproximadamente 4 séculos para ser completado, portanto não tem  
339 procedência a denúncia que foi feita pelo poder legislativo de Fortaleza de Minas. O relatório  
340 técnico está disponível para leitura dos conselheiros e o NUCAM está à disposição para  
341 perguntas. André (Presidente CBH GD7) agradeceu a Daniel e Fernando (SUPRAM SUL DE  
342 MINAS) pela explanação, e perguntou inicialmente sobre o lançamento de efluentes sólidos,  
343 no relatório do auto de fiscalização que constatou que há uma contaminação por manganês.

344 Daniel (SUPRAM SUL DE MINAS) respondeu que no empreendimento existe uma pilha de  
345 estéril e existe alguns poços subterrâneos de monitoramento dessa pilha de estéril, que o  
346 minério níquel, no caso de Fortaleza de Minas, tem composição química mineralógica de base  
347 em sulfatos e sulfetos, requerendo-se aqui a distinção de origem geológica do local, conhecida  
348 como Breaking ground ou se a concentração é realmente uma contaminação pelo  
349 empreendimento. Por isso existem esses poços de monitoramento, para verificar se a  
350 contaminação que está no subsolo é proveniente da geologia do local ou da empresa. No caso  
351 da contaminação por manganês, provavelmente, ocorre devido à operação passada da mina, o  
352 que está previsto no processo de descomissionamento do empreendimento. Essa avaliação de  
353 risco esta proposta nas condicionantes e o empreendedor tem que continuar monitorando. E o  
354 órgão ambiental fará as leituras à medida que perceber que a contaminação é persistente e o  
355 empreendedor não está tomando as medidas cabíveis, fato passível de autuação. A princípio,  
356 as atividades minerárias estão todas paralisadas, o que não exime o empreendedor de  
357 continuar monitorando as águas subterrâneas e o subsolo do empreendimento. André  
358 (Presidente CBH GD7) perguntou a respeito de a região fazer parte do Rio São João, que é um  
359 dos rios importantes da nossa Bacia, que abastece vários municípios. Qual o  
360 comprometimento do rio São João em relação a esses efluentes? Daniel explicou que a  
361 empresa hoje também tem uma rede de monitoramento muito extensa de águas superficiais,  
362 e que não existe lançamento de efluentes de atividade industrial, portando sem prejuízo para  
363 o córrego. No entanto, existem alguns parâmetros fora do padrão mais em função do ciclo  
364 hidrológico que existe na região. Por exemplo, ferro e sólidos suspensos tendem a aumentar  
365 no período chuvoso, mas voltam à normalidade no período seco. O órgão atribui as alterações  
366 em função do ciclo hidrológico. Inclusive isso esta sendo observado há 4 ciclos hidrológicos, ou  
367 seja, 4 anos. Quando se faz a tabulação dos dados, nos gráficos se percebe essa variação  
368 coincidente com o ciclo hidrológico. Fernando (SUPRAM SUL DE MINAS) fez prestou  
369 informações sobre o fato de, por questões geológicas, o entorno do empreendimento (solo,  
370 plantas, águas subterrâneas e superficiais) ser rico em níquel, manganês e ferro. Mas não é o  
371 caso de metais que são extremamente danosos e tóxicos à saúde humana, bem conhecidos e  
372 detalhados pela ciência, como por exemplo, o mercúrio, chumbo e o cádmio. A questão do  
373 ferro na água,, a principio, ele apenas confere um prejuízo organoléptico (que afeta apenas o  
374 paladar, a visão e o olfato humanos). Daniel (SUPRAM SUL DE MINAS) frisou que estão  
375 descritos na Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH nº 02, de 08 de setembro de 2010  
376 os critérios para qualidade de água subterrânea os teores de contaminantes no solo, que o  
377 órgão ambiental faz contagem dos contaminantes que tem na água que oferecem risco  
378 imediato à saúde humana ou ao meio ambiente, o que significa que o empreendedor tem que  
379 proceder no constante monitoramento para eventualmente, se necessário, proceder a uma  
380 remediação da área. André (Presidente CBH GD7) citou uma parte do texto no relatório em  
381 que “mediante o exposto considera-se que a condicionante de automonitoramento foi  
382 descumprida com degradação ambiental”. Daniel (SUPRAM SUL DE MINAS) confirmou que foi  
383 lavrado o auto da infração. André (Presidente CBH GD7) então reafirmou que há o  
384 descumprimento e há providencias, e perguntou quais são? Daniel (SUPRAM SUL DE MINAS)  
385 passou a palavra para o representante da EXTRATIVA MINERAÇÃO para que falasse sobre as  
386 providências. Pedro (EXTRATIVA) explicou que recebeu a notificação da SUPRAM SUL DE

387 MINAS, que a empresa hoje tem uma engenheira responsável pelo meio ambiente, que esta  
388 cuidando desse caso, que essa autuação foi no período da outra empresa. Pedro (EXTRATIVA)  
389 informou que juridicamente a empresa assumiu o empreendimento há poucos dias, mas de  
390 fato conhece há vários meses o empreendimento, que conhecimento das 21 condicionantes  
391 junto a SUPRAM, que e a análise dessas águas são feitas, que não há lançamento de nenhum  
392 efluente industrial, que 98% da água é recirculada, que a empresa possui uma barragem de  
393 água recirculada antes da barragem de água bruta, e que como não há exploração da mina  
394 não há emissão de resíduo sólido na água atualmente. Daniel (SUPRAM SUL DE MINAS)  
395 reforçou que para o NUCAM é indiferente sobre a empresa dona do empreendimento, mas  
396 sim se há o cumprimento das condicionantes ambientais. Se o padrão de manganês esta acima  
397 a fiscalização tem que solicitar ao empreendedor uma ação corretiva. Pedro (EXTRATIVA)  
398 confirmou que a autuação foi recebida pela EXTRATIVA MINERAÇÃO e foi encaminhada para  
399 uma resposta à SUPRAM. Daniel (SUPRAM SUL DE MINAS) explicou que o NUCAN faz o auto de  
400 infração e o acompanhamento da defesa do auto. André (Presidente CBH GD7) solicitou um  
401 retorno sobre os desdobramentos tanto do empreendimento como da SEMAD. Daniel  
402 (SUPRAM SUL DE MINAS) disse que providenciará o retorno desse processo. Luiz Sérgio  
403 (COOPARAÍSO) perguntou se mesmo que estejam os níveis acima de padrões, se isso é  
404 acompanhado pelo NUCAN e se também a parte dos descomissionamentos das barragens de  
405 rejeito. Daniel (SUPRAM SUL DE MINAS) respondeu que é acompanhado não somente pelo  
406 NUCAM, mas também pelo órgão ambiental de uma forma geral, que no descomissionamento  
407 irão atuar na barragem outros atores do sistema estadual do meio ambiente. Lembrou que na  
408 primeira fiscalização foi informado ao órgão ambiental que, desde quando o empreendimento  
409 foi instalado em Fortaleza de Minas, a previsão de vida útil da mina era de até 2027, então o  
410 órgão ambiental já fez o licenciamento com a previsão do descomissionamento completo  
411 dessa mina. O órgão ambiental esta acompanhando essa questão. Fernando (SUPRAM SUL DE  
412 MINAS) informou que quando tem fechamento de uma unidade de mineração é apresentado  
413 um PRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas), se o empreendimento for classe 1,  
414 2, 3 ou 4. Se o empreendimento for classe 5 ou 6, além do PRAD, deve ser apresentado o  
415 PAFEM (Plano de Fechamento de Mina), administrado por uma gerência na FEAM que cuida de  
416 áreas degradáveis, que acompanha esses fechamentos e recuperação de áreas de mineração.  
417 Existe uma expectativa de iniciar o programa de descomissionamento, portanto essa gerência  
418 será acionada para avaliar o acompanhamento. Luiz Sérgio (COOPARAÍSO) comentou que acha  
419 interessante que em função dos acidentes a engenharia mineral terá que avançar muito para  
420 dar respostas a população. O que aconteceu precisa de um trabalho de comunicação com a  
421 população para explicar o que é um fechamento de mina, um descomissionamento, o que é  
422 passivo mineral e seus impactos no meio ambiente. Parabenizou o comitê por proporcionar  
423 esse momento de discussão, e que se formassem grupos de técnicos com condições de avaliar  
424 o tema para instruir o comitê. Um grupo que possa contratar consultores para chegar aqui e  
425 passar a devida segurança para nós por que somos responsáveis pelo comitê. Seria um avanço  
426 interessante, temos que focar nessa parte de comunicação com a população. Laene (FIEMG)  
427 comentou que conversou com o empreendedor e informou que solicitou para que ele  
428 encaminhasse a resposta à SUPRAM, para que todos tenham conhecimento da justificativa de  
429 defesa da autuação. Mencionou quanto ao grupo de trabalho que o Comitê já tem Câmara

430 técnica, criando à partir dela um Grupo de Trabalho. Caso alguém se prontificar e o presidente  
431 quiser, já faríamos o encaminhamento. André (Presidente CBH GD7) informou que a Câmara  
432 Técnica Institucional e Legal - CTIL foi instituída, e que quem quisesse fazer parte do GT  
433 poderia se prontificar, mas que a Câmara Técnica (CTIL) ainda não tinha um presidente, e que  
434 a obrigação da CTIL é se reunir e estabelecer um cronograma de trabalho. Foi perguntado qual  
435 a estratégia de destino, reutilização uma aplicação desse tipo de rejeito? Representante da  
436 SUPRAM informou que o empreendedor tem que definir qual vai ser a destinação do rejeito,  
437 mas que no momento não há respostas para isso. Fernando (SUPRAM SUL DE MINAS)  
438 explanou que o resíduo ainda tem uma possibilidade de valor econômico dependendo do  
439 avanço na tecnologia, mas o rejeito, como o próprio nome diz, não dá aproveitamento. No  
440 passado, na mineração de ferro, quando se tinha uma porcentagem de minério pouco elevada  
441 havia descarte como rejeito, mas agora com o avanço tecnológico as empresas começaram a  
442 perceber que reprocessar esses rejeitos é interessante, sendo o rejeito de 20, 30 anos atrás  
443 classificado hoje como minério. No caso da mineração do empreendimento em pauta o rejeito  
444 de minério níquel não tem algum tipo de reaproveitamento conhecido, sendo apenas  
445 empilhado. O final daquele contexto é a recuperação daquela área com estabilização garantida  
446 e revegetação da área até para poder ter uma formação paisagística no entorno, e que  
447 futuramente, se houver um avanço tecnológico ou uma demanda daquele resíduo para  
448 produzir outro bem, logicamente deixará de ser um rejeito e passará a ser um resíduo a ser  
449 reciclado, reaproveitado. Caso o empreendedor não tenha alguma informação mais específica  
450 será tratado como rejeito mesmo. Pedro (EXTRATIVA) comentou que hoje o empreendimento  
451 não tem interesse no rejeito, não tem valor econômico, e que a retirada do rejeito não tem um  
452 destino, por enquanto. O decomissionamento daquela barragem hoje tem que ter um destino  
453 e descomissionar é mais perigoso do que manter a barragem. Não tem um estudo que  
454 comprove que o descomissionamento é uma coisa fácil de ser feita, tem que fazer um estudo  
455 de caso para avaliar e verificar as possibilidades. André (Presidente CBH GD7) ressaltou que a  
456 tentativa de descomissionamento da barragem de Brumadinho é que causou o desastre, o que  
457 está sendo falado procede e é validado por autoridades no assunto. E realmente não é fácil,  
458 tanto é que a Vale teve esse problema, ela estava reaproveitando o rejeito, reminerando  
459 aquilo, a licença ambiental estava válida justamente para o descomissionamento e  
460 reaproveitamento do rejeito, tanto que houve uma classificação diferente para o novo  
461 empreendimento, que até foi motivo de crítica por rebaixamento da classe como “criminoso”,  
462 sendo que tecnicamente isso se justificava. Agora, o que não se justifica, e é um crime, é que  
463 pessoas morreram. Então ninguém precisa morrer por conta da mineração, por conta de uma  
464 atividade econômica que é para trazer bem estar, progresso, tecnologia, avanço, não é para  
465 trazer morte. Representante da SUPRAMSUL DE MINAS informou que o empreendimento de  
466 Fortaleza de Minas, tem duas barragens, uma barragem de rejeito e uma barragem de água  
467 bruta, todas cadastradas no banco de dados ambientais do órgão ambiental na época do  
468 licenciamento, que foi apresentada à Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM um  
469 relatório de estabilidade dessas barragens. A barragem de rejeito hoje tem 21 metros de altura,  
470 tem uma capacidade de armazenamento de 2.000.000 de m<sup>3</sup>, a cota atual dela é de 951m,  
471 cota autorizada de 958m na época do licenciamento. A barragem de água bruta tem 21 m de  
472 altura, uma capacidade de armazenamento de volume de 750.000 m<sup>3</sup>, e é um barramento do

473 braço esquerdo e direito do córrego Muniz, faz parte da dinâmica do empreendimento, que  
474 havia o bombeamento da cava da mina para o tanque A, e desse para um tanque de água  
475 reciclada, que era utilizada no processamento do minério, e desse tanque para essa barragem  
476 de água bruta, ressaltando que todos esses pontos são de monitoramento do  
477 empreendimento. Pedro (EXTRATIVA) explicou que a questão da emissão de efluentes, desde a  
478 época da mineração, apresentou uma única variação, ou seja, um tanque recebia  
479 sedimentação dos resíduos sólidos, para uma primeira limpeza da água, cuja capacidade da  
480 barragem é de 4.000.000 m<sup>3</sup> e volume atual por volta de 3,2 milhões de m<sup>3</sup>. André (Presidente  
481 CBH GD7) considerou os esclarecimentos da SEMAD prestados, sem demais perguntas dos  
482 presentes e deu segmento na pauta. Laene (FIEMG) explicou que a Câmara Técnica faz a  
483 eleição de seu coordenador e encaminha para diretoria do CBH para que seja feito o contato e  
484 demais informações sobre reuniões e demandas. **Item 08 – Resposta ao Ofício do CODEMA de**  
485 **Ibiraci** – Laene informou que o comitê recebeu um ofício de Ibiraci sobre o andamento da  
486 estação de tratamento de esgoto, e que o presidente comitê fez o contato com o pessoal  
487 responsável. André (Presidente CBH GD7) informou que conversou com o Flávio representante  
488 da COPASA, conselheiro no comitê. O senhor Mauri esteve presente representando a COPASA  
489 para explanações sobre esse assunto. André (Presidente CBH GD7) solicitou que a COPASA  
490 desse o andamento a uma resposta oficial ao CODEMA de Ibiraci a respeito da Estação de  
491 Tratamento de Esgoto da cidade, porque há uma previsão de obra a ser implantada, existe um  
492 termo de ajustamento de conduta colocado pelo Ministério Público para que a concessionária  
493 anterior realizasse o empreendimento, tendo a COPASA assumido em 2017 o  
494 empreendimento. Mauri (COPASA) informou que o projeto esta em fase de elaboração, que foi  
495 feito o levantamento topográfico e que, entre a fase de projeto e a de construção há um  
496 tempo necessário. E, no momento, não há condições de responder. Leonardo representante  
497 da ABES no CBH, informou que Flávio (COPASA) estava de férias e o suplente dele estava em  
498 uma reunião em Varginha, e explanou que, o caso de Ibiraci se encontra em fase de projeto, e  
499 que transcorrida essa fase faz-se uma licitação para a empresa executar, mas como se trata de  
500 uma empresa pública esse trâmite acaba demorando até que inicie efetivamente a obra.  
501 Comprometeu-se a retornar ao comitê respostas para serem enviadas aos membros. André  
502 (Presidente CBH GD7) solicitou para que COPASA encaminhe os esclarecimentos para o CBH e  
503 para o CODEMA de Ibiraci. André (Presidente CBH GD7) solicitou que o conselheiro  
504 representante de Ibiraci se pronunciasse a respeito. O representante de Ibiraci iniciou  
505 comentando que novamente a COPASA está se omitindo sobre o projeto, que o cronograma  
506 foi feito para entrega da obra em 2020, que se passaram 4 anos. Que 3 ou 4 firmas podem ter  
507 passando pelo projeto, que já estamos acostumados com a COPASA, que fizemos um fórum  
508 ambiental e não hora da COPASA se pronunciar os conselheiros seus representantes foram  
509 embora e não deram esclarecimentos, que o Flávio propôs um projeto ambiental na captação  
510 de água, mas que não saiu do papel. O representante de Ibiraci disse que mais uma vez a  
511 COPASA está sendo omissa com a cidade, pois já era para ter sido retirado do ribeirão do Ouro  
512 o esgoto, um córrego que corta toda a cidade, lutamos por isso, que o evento do fórum foi  
513 para esclarecimentos, mas saíram antes de prestar contas. Em uma vistoria na captação de  
514 água a COPASA não compareceu, sendo que eles exploram a água, vendem o serviço e não se  
515 preocupam e executar projeto de recuperação da captação. A COPASA ia fazer o plantio há 4

516 anos na captação, mas tirar o esgoto do ribeirão é mais urgente no município. Foi um mal  
517 contrato que foi feito pelo governo passado, de cobrar o esgoto sem ter a captação  
518 recuperada. Leonardo (ABES) pediu para formalizar esse pedido junto a COPASA. André  
519 (Presidente CBH GD7) informou que pelo CODEMA de Ibiraci já houve o pedido. André  
520 (Presidente CBH GD7) comentou que o comitê fez um contato por telefone com o Flávio, que é  
521 o gerente responsável pela regional da COPASA, onde disse que responderia ao CODEMA de  
522 Ibiraci, e sabemos que os andamentos precisam ser dados, a população precisa de uma  
523 resposta. Leonardo (ABES) mencionou que em relação à cobrança, a COPASA faz dois tipos de  
524 cobrança, na própria conta se vê a coleta e a disposição final, não se cobra o tratamento  
525 quando não tem, seria ilegal. E quando tem uma cobrança pelo tratamento isso é discriminado  
526 na conta como coleta, distribuição e tratamento. Essa informação para os clientes da COPASA  
527 é essencial, disse André (Presidente CBH GD7). André (Presidente CBH GD7) pediu para o  
528 Pedro, representante do SAAE, para explicar como é feita a cobrança da taxa de esgoto em  
529 Passos. Pedro (SAAE) iniciou explicando que a COPASA é uma estatal mista, visa lucro, já o  
530 SAAE não. Como o SAAE é uma autarquia municipal toda a arrecadação é revertida para os  
531 municípios e cobra uma tarifa de 50% sobre o valor do uso da água para manutenção e  
532 ampliação das redes de esgoto existentes e não cobra pelo tratamento. André (Presidente CBH  
533 GD7) propôs oficializar a COPASA como comitê para as explicações e ciência dos andamentos  
534 desse projeto importante. Luiz Sérgio (COOPARAÍSO) comentou que o contato deve ser feito  
535 pela prefeitura, ela que tem que resolver isso com a COPASA, não nós do comitê. André  
536 (Presidente CBH GD7) disse que o comitê pode fazer uma mediação para auxiliar a prefeitura a  
537 ter um retorno. Cleiton (PM de Ibiraci) respondeu dizendo que acionou o comitê porque no  
538 ribeirão do Ouro desagua todo o esgoto, e portanto, dentro da Bacia dos Afluentes do Médio  
539 Rio Grande, que ajudar nessa questão é sim função do comitê, mencionou que a população  
540 está cobrando os gestores da prefeitura para providências sobre o sistema de rede de esgoto  
541 de Ibiraci, que o mesmo já está envelhecido e rompido em vários pontos e que a COPASA não  
542 faz manutenção e não faz nova rede de esgoto, que passam 3 cursos d'água dentro da cidade,  
543 causando doenças como a dengue. A mais ou menos 6 anos foi feito um termo de ajustamento  
544 de conduta entre ministério público e a prefeitura, em que constam os compromissos. André  
545 salientou (Presidente CBH GD7) que somos poder público, e que o comitê se sentiu acionado  
546 para essa demanda, que o comitê coloca mais uma vez a disposição tanto da COPASA quanto  
547 da Prefeitura de Ibiraci, para contornarmos a situação, porque o que interessa é o corpo  
548 hídrico livre da poluição. Laene citou outra demanda que veio do CODEMA de Ibiraci sobre  
549 uma exploração de diamante na região. Cleiton (PM de Ibiraci) explicou que foi protocolado  
550 um projeto de extração de diamante no município de Ibiraci, que seria locado à jusante da  
551 barragem da Usina Hidrelétrica de Marechal Mascarenhas de Moais, com uma draga que  
552 revolveria o leito do rio Grande. André explanou que o empreendimento está cadastrado na  
553 SUPRAM de Uberlândia. Laene (FIEMG) explicou que a única exploração dessa empresa é em  
554 Sacramento, com várias poligonais registradas. Fernando citou a Lei Complementar 140/2011,  
555 que trata de atividades potencialmente poluidoras, e que é competência originária do  
556 município tratar dos impactos locais, e que o Estado age quando o município não tem corpo  
557 técnico capacitado para emitir ou indeferir uma licença ambiental. Em o município não se  
558 manifestando o Estado assumiria o licenciamento. André (Presidente CBH GD7) explicou que

559 se o Poder público de Ibiraci tem o interesse de fazer algo para impedir o empreendimento  
560 que conste isso em lei municipal. Cleiton (PM Ibiraci) explicou que se trata de uma região de  
561 patrimônio natural de Ibiraci, próxima a um cânion, de alta densidade turística, com uma orla  
562 ocupada, portando gerando impactos ambiental, cultural, patrimonial e turístico para  
563 população. **Item 09 - Apresentação do Plano Diretor da Bacia** – André (Presidente CBH GD7)  
564 informou que o Plano Diretor é nossa ferramenta de trabalho, tem que ser aprimorado,  
565 revisado, conter os dados do projeto Grande Minas, que foi um grande levantamento que foi  
566 feito a respeito da bacia, que tem que ser complementado assim que for necessário. Laene  
567 (FIEMG) informou que há uma dificuldade na disponibilidade de servidores do IGAM para  
568 apresentação do Plano Diretor, devido a limitações orçamentárias. Suelen (SES)  
569 complementou que foi que o Plano Diretor seja enviado para análise prévia antes da  
570 apresentação, porém o IGAM alega a apresentação presencial. Em anos anteriores quando do  
571 levantamento do Grande Minas, foi solicitado à ANA, por meio do conselheiro Collares (UEMG),  
572 que o próprio comitê elaborasse o Plano Diretor, teve essa solicitação junto a ANA, sem  
573 sucesso. Era a intenção utilizar todos os dados do Grande Minas, um projeto com diversos  
574 levantamentos a respeito do zoneamento ambiental da nossa bacia. André (Presidente CBH  
575 GD7) citou a interação com a presidente da gestão passada sobre o Plano Diretor, que  
576 descreveu que foi minutado com os dados do Projeto Grande Minas, e que cabe a nós do  
577 comitê deliberarmos todas as alterações que são necessárias para que seja implementado com  
578 o máximo de precisão, e que a questão de zoneamento dos corpos hídricos é essencial para  
579 delimitarmos onde poderá ser realizado ou não qualquer atividade em nossa Bacia. Informou  
580 que está sendo feito contato para realizar essa apresentação. A exigência do IGAM para a  
581 apresentação é ela seja entre terça e quinta feira, considerando problema do poder público  
582 estadual de fornecer motorista com pagando de horas extras, tendo em vista o trajeto de  
583 retorno para Belo Horizonte na sexta feira à noite, dia já afixado no calendário de reuniões  
584 ordinárias. **Item 10 – Informes Gerais** – Laene (FIEMG) informou que houve publicações de  
585 notícias relacionadas à atuação do comitê nos jornais e redes sociais de nossa região sobre  
586 segurança de barragens. Foram publicadas no Jornal Folha da Manhã, versões online e  
587 impresso, no Jornal Correio do Vale, e que se alguém tivesse outro contato que encaminhasse  
588 as mesmas informações. Laene (FIEMG) passou a palavra para os conselheiros para demais  
589 comunicados. Foi sugerido que independente da plenária ordinária houvesse um dia de evento  
590 numa universidade para apresentação desse Plano Diretor, com o fim de obter mais agentes  
591 multiplicadores. Suelen (SES) lembrou que já foi realizado anteriormente um grande evento do  
592 comitê, que convocou todas as prefeituras na AMEG, em Passos, o dia todo, em que foi  
593 apresentado o trabalho do comitê, com divulgação na mídia e aberto à comunidade. O  
594 conselheiro Célio (PROBRIG) recomendou refazer o evento, pois há uma nova composição do  
595 conselho, uma nova geração de estudantes e profissionais. Informou que participa de outros  
596 comitês do lado de São Paulo, e que já estão no terceiro plano de Bacia do Sapucaí Mirim  
597 Grande e que todo ano faz-se relatórios de situação e, cada vez que se faz essa apresentação,  
598 há discussão entre os segmentos e isso visa fortalecer e criar uma massa crítica. Laene (FIEMG)  
599 concordou que o plano deve ser dinâmico, sempre revisado com as ações na bacia. Há a  
600 intenção de se fazer uma reunião grande para atingir o máximo de pessoas possíveis. André  
601 (Presidente CBH GD7) comentou sobre o evento da Semana da Água que aconteceu em Belo

602 Horizonte no dia 22 de março, na Biblioteca Estadual, que contou com a presença de  
603 autoridades e, em paralelo a isso aconteceu no dia 22 uma audiência pública na ALMG que foi  
604 presidida e convocada pelo Coronel Sandro, Deputado Estadual, que tem se envolvido de  
605 forma positiva na questão da gestão dos recursos hídricos. Os conselheiros Pedro Abelardo e  
606 Ronaldo, representantes do SAAE-Passos, estiveram nesses eventos pelo comitê. Foi  
607 disponibilizado o link de toda a audiência pública no grupo de rede social do Comitê. Pedro  
608 (SAAE-Passos) disse que foi extraordinária e assustadora a participação nos eventos, pois foi  
609 informado que nossas águas estão acabando, que existem Estados e capitais que tem água só  
610 para mais 10 anos, como o Estado de São Paulo, a capital Belo Horizonte, a capital Rio de  
611 Janeiro, e sem projetos para revitalização, para aumentar a água. Foram debatidos os projetos  
612 que estão sendo feitos como o de Extrema-MG, que foi pioneiro em projeto na Serra da  
613 Mantiqueira para suprimento da água da região metropolitana da cidade de São Paulo. Na  
614 audiência pública o deputado coronel Sandro deixou as portas abertas e ficou de visitar nossa  
615 região para ver como esta a degradação do meio ambiente, vimos que precisamos pedir mais  
616 fiscalização em nossos rios. Declarou que muitos fazendeiros não querem revitalização e sim a  
617 degradação ambiental, que é difícil trabalhar com essa mentalidade, e que é preciso fazer  
618 alguma coisa, porque daqui 50 anos, no interior, também não haverá água se continuar assim.  
619 Isso foi discutido no seminário, o que vamos fazer para manter essas águas daqui a 50 anos.  
620 **Item 11 - Encerramento** – André (Presidente CBH GD7) agradeceu pelas colocações de Pedro  
621 (SAAE-Passos), franqueou a palavra para mais alguém do conselho. Não havendo mais  
622 considerações, encerrou-se a reunião, com informação da previsão da próxima reunião em  
623 Cássia e agradeceu a paciência e a presença de todos.



André Luiz Rodrigues  
Presidente CBH GD7



Laene Fonseca Vilas Boas  
Secretária CBH GD7